



**XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU**

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA COM ÊNFASE NA III DIMENSÃO DO SINAES -
RESPONSABILIDADE SOCIAL**

MONIQUE REGINA BAYESTORFF DUARTE DE SOUSA

Universidade Federal de Santa Catarina

monique.bayestorff@ufsc.br

MANUELA COELHO PEREZ

Universidade Federal de Santa Catarina

manuela.perez@ufsc.br

KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE

Universidade Federal de Santa Catarina

bayestorff@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo relatar a importância da autoavaliação institucional na perspectiva do SINAES, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, mais especificamente na III dimensão do Sistema, que aborda a Responsabilidade Social. O SINAES foi instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 do Governo Federal e fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental retrata-se a importância das universidades para a sociedade, assim como a importância da autoavaliação institucional para o atingimento das metas propostas por essas. Apresenta-se o estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina e da Comissão Própria de Avaliação, que registra uma crescente participação da comunidade universitária no processo de autoavaliação institucional.

Palavras-chave: SINAES, AUTOAVALIAÇÃO IES, UFSC, RESPONSABILIDADE SOCIAL.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos últimos anos, muitas universidades foram criadas, porém a forma de criação e a forma como está sendo disseminado o conhecimento ainda é muito discutida na sociedade e nos meios acadêmicos (CHAUÍ, 2003).

Os estudos sobre a Universidade têm apontado para seu papel desempenhado na sociedade. Chauí (2003) vem afirmar a Universidade como uma instituição social, que exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade. Dessa forma, é recorrente a presença de opiniões, atitudes e projetos que deram outro rumo à educação e ao conceito de universidade. A universidade acaba por ser um reflexo da sociedade, pois está presente de forma direta nesta, exercendo e sofrendo influências que justificam o elo entre ambas.

Com a reforma do estado, a universidade pública sofreu mudanças nos últimos anos, passando a ser vista como organização social e não como instituição social. Essas mudanças de patamar no papel da universidade podem ter sido ocasionadas por mudanças ocorridas com relação ao papel da universidade na vida do ser humano. Chauí (2003) leva aos leitores uma busca pela resposta para o papel da universidade, uma teoria acerca da mesma na atualidade e a complexidade dessas mudanças ocorridas na instituição.

Na concepção de Chauí (2003), as discussões apresentadas pela autora sobre a Universidade no Brasil apontam para aspectos conflituosos. Problematiza as últimas reformas que deslocam a educação como um direito, passando a ser um serviço, podendo então, ser privatizado e dessa forma passando para outro patamar onde entram em cena as instituições privadas que passam a ser mais presentes dentro da sociedade e da vida das pessoas.

A Universidade é inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber, pois Universidade e Sociedade são partes de uma mesma relação e ambas só são possíveis em um estado republicano e democrático. É justamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia, que pode relacionar-se com todo o Estado e com a sociedade de maneira conflituosa, dividindo opiniões quanto à forma de tratar questões, como a divisão e a exclusão social (CHAUÍ, 2003).

A preocupação com a qualidade das Instituições de Ensino Superior surge num momento que pode ser caracterizado por um desajuste entre Estado, Universidade e Sociedade. Várias mudanças em nível social estão demandando novas exigências das universidades que, de certo modo, não podem responder aos pronunciamentos sem transformar suas tradicionais estruturas e modos de funcionamento. Diante do exposto, surgem diferentes modelos de universidades e muitas pressões para que se autoavaliem ou sejam avaliadas. A avaliação e a qualidade da educação, dessa forma, passam a assumir um papel fundamental (RODRIGUES, 2003).

Tal divisão de opiniões, cada vez mais recorrentes, criou uma necessidade de autoavaliação das universidades, que por sua vez tiveram que tornar públicas suas ações, dando transparência de todos os seus atos. A avaliação está adquirindo um importante papel na reforma dos sistemas educativos, pois ela é vista como um instrumento de legitimidade de poder e eficaz organizadora de reformas em educação. Essas reformas se relacionam com as grandes metas sociais e econômicas de cada país que, por sua vez, estão também relacionadas ao processo de globalização que afeta, direta ou indiretamente, as Instituições de Educação. A avaliação externa, de natureza padronizada, vem sendo cada vez mais enfatizada como instrumento importante para a implementação de agendas nacionais de educação, em

detrimento da valorização de avaliações de cunho interno que respeitam a identidade e diversidade institucional, conforme aponta Freitas (2010).

Apesar dos processos de avaliação das instituições de ensino superior não serem uma novidade no cenário educacional, estes vêm assumindo cada vez mais importância na medida em que a educação superior encontra-se em constantes reformulações no Brasil e no mundo. Essas reformulações decorrem das transformações sociais e tecnológicas que vêm ocorrendo na vida social, no mundo do trabalho e na produção do conhecimento (GALDINO, 2012).

Segundo Galdino *et al.* (2012, p.1), a avaliação institucional ganhou força na década de 90,

[...] quando foi instituído o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), que surgiu com a necessidade de imprimir uma avaliação de caráter permanente e que somasse o resultado de outras avaliações ao processo. Hoje está sendo implementada através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

Diante desse contexto, este artigo tem por objetivo relatar a importância da autoavaliação institucional na perspectiva do SINAES, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, mais especificamente III dimensão do Sistema que aborda a Responsabilidade Social.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E O SINAES

O surgimento do termo Responsabilidade Social da Educação Superior deu-se por meio do processo de institucionalização do mercado de Educação Superior, destacando-se no início da primeira década do século XXI. Contudo, o termo “Responsabilidade Social” só ganhou força no Brasil quando passou a ser incluído como uma das dez dimensões de avaliação das IES no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Desta forma, o termo Responsabilidade Social, que a princípio era utilizado pelos discursos das IES privadas, agora, com a inclusão no SINAES, assume o caráter de obrigação institucional (CALDERÓN, PESSANHA, SOARES, 2007).

O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação dos cursos, avaliação do desempenho dos estudantes e avaliação das instituições (BRASIL, 2004).

Quanto à avaliação dos cursos, o processo avaliativo envolve as seguintes dimensões: organização didático-pedagógica; perfil do corpo docente e instalações físicas (BRASIL, 2004).

Por sua vez, o processo de avaliação dos estudantes ocorre por meio do ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudante, o qual é realizado periodicamente conforme cronograma definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para cada curso (BRASIL, 2004).

Quanto à avaliação das instituições de ensino superior, de acordo com a Lei do SINAES (BRASIL, 2004), em seu artigo 3º, estabelece 10 (dez) dimensões a serem avaliadas em uma instituição de ensino, são elas:

- a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- a política para o ensino, pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para

estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

- a comunicação com a sociedade;

- as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

- a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

- a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

- o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional;

- as políticas de atendimento aos estudantes;

- a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004).

A Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014, inseriu as dez dimensões do SINAES em cinco eixos, conforme figura a seguir.

Figura 1: Eixos e Dimensões dos SINAES



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no INEP.

Para avaliação das dimensões, a Portaria nº 92/2014 apresenta um total de 51 indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

2.1 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO EM RELAÇÃO AO SINAES

De acordo com a Dimensão III – responsabilidade social da instituição - do SINAES a ser avaliada em uma instituição de ensino superior são apresentados indicadores a serem levantados de cunho quantitativo e qualitativo (INEP, 2004).

Cada dimensão apresenta um núcleo de tema básico e comum e um núcleo de temas optativos. Em relação ao núcleo de tema básico, destacam-se: a transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impacto das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; Natureza das relações com os setores público e produtivo com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis; Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos e políticas de ações afirmativas. Já os itens avaliados no núcleo de temas optativos levam-se em conta ações desenvolvidas pela Instituição de Ensino Superior (IES) no sentido de inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados; critérios adotados para portadores de deficiência especial; atividades em interação com o meio social; políticas institucionais de inclusão de estudantes em situações econômicas desfavorecidas; relações estabelecidas pela instituição com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho; ações que visem à promoção da cidadania e de atenção a setores sociais; políticas de formação de pesquisadores; entre outros itens muito importantes a serem considerados (INEP 2004).

Por meio do documento de Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições do INEP (2004) verifica-se a presença de práticas sociais junto à sociedade e mostra quanto o Governo está incentivando essas ações, demonstrando desta forma, a responsabilidade em todas as suas instâncias e particularidade.

Belloni (2000) acredita que três objetivos remetem a necessidade de integrar a avaliação institucional ao planejamento com responsabilidade social. De acordo com a autora, primeiramente é preciso estabelecer mecanismos de controle de qualidade do funcionamento e do produto das instituições; fornecer informações à própria instituição, ao sistema e à sociedade e institucionalizar um processo de sistemática de reflexão e tomada de decisão com vistas à efetividade social do seu funcionamento, ou seja, o cumprimento da missão científica e social da universidade.

3 METODOLOGIA

Pesquisa pode ser considerada um “procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (MARCONI et. al., 2009, p.43).

Segundo Marconi et. al. (2009), as pesquisas podem ser classificadas de quatro formas distintas: pela sua natureza, pela forma de abordagem do problema, pelos seus objetivos, e pelos seus procedimentos técnicos.

Em relação a sua natureza, a pesquisa é aplicada. De acordo com Appolinário (2004, p. 152) as pesquisas aplicadas têm o objetivo de “resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas”.

Com relação à forma de abordagem é considerada uma pesquisa qualitativa. Nesta linha, Roesch (2010) cita que a pesquisa qualitativa propõe avaliar e melhorar um programa ou plano, a partir de sua efetividade. A pesquisa não se preocupou com a representatividade numérica e sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, especificamente a comunidade universitária no caso do presente artigo.

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se descritiva. Para Triviños (2010) o estudo descritivo busca a descrição exata dos fatos e fenômenos de determinada realidade. Descreve-se nesse artigo a Autoavaliação Institucional da UFSC no ano de 2015.

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica e documental. Vergara (2013), define a pesquisa bibliográfica como “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. A pesquisa foi realizada a partir de um material já publicado, relacionando-se livros, artigos de periódicos disponíveis pela Internet, assim como documentos institucionais. A coleta de dados também foi realizada por meio de entrevista semi-estruturada, que de acordo com Triviños (2010) compreende um conjunto de perguntas básicas e derivadas. A entrevista semi-estruturada foi realizada com uma servidora que atua como apoio técnico-administrativo da Comissão Permanente de Avaliação. Configura-se ainda a pesquisa como um estudo de caso entendido por Cervo e Bervian (2002) como uma pesquisa sobre um determinado indivíduo, família ou grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida. Pesquisou-se no presente artigo a realidade de uma instituição definida, a Universidade Federal de Santa Catarina.

4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Dentre os 23 objetivos e metas definidos pelo Plano Nacional de Educação (2001) destacam-se: institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa englobando os setores público e privado e a promoção da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica. O SINAES respeita essa determinação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Avaliar não é uma tarefa fácil. Mesmo considerando o sentido mais usual de avaliação em uma instituição universitária. É fato que há discordâncias quanto ao melhor meio de realiza-la e quanto à aferição dos resultados. Tais características também se aplicam ao processo de autoavaliação, que requer um olhar interno para a avaliação das próprias estruturas, atividades e uma gama de processos (DIAS SOBRINHO, 1998).

A preocupação com a avaliação institucional na UFSC cresceu juntamente com a necessidade de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pois a avaliação é considerada uma atividade integrante do ciclo da melhoria contínua: planejar, executar, avaliar, agir corretivamente (UFSCa, 2015).

De acordo com o art. 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, o PDI é definido como:

[...] o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

Conforme Segenreich (2005, p. 151), o PDI “deve tornar-se referência básica para o estabelecimento de qualquer critério ou processo de avaliação”. Desta forma, a dimensão “Planejamento e Avaliação” articula-se com o PDI, acompanhando o processo em todas as outras dimensões e nos setores administrativos que as organizam e são por elas responsáveis, isto é, avaliando as avaliações em cada uma das etapas traçadas no Projeto de Autoavaliação Institucional.

Lehfeld et al (2010), afirma que a elaboração do PDI resulta de um amplo processo de estudos e reflexos, configura-se como complexa e plural, tendo em vista as diretrizes e as pessoas que trabalham na Universidade. Naturalmente, cada membro docente e administrativo encontra-se “impregnado” por uma história de vida, uma dada formação intelectual e cultural, que o tornam fonte potencial de significados atribuíveis aos mais diversos parâmetros que possam ser avaliados. Além disso, os processos de ação e reflexão na universidade não se limitam a sua área física, mas vinculam-se e refletem o entorno social, a comunidade. Desde modo, avaliar uma instituição universitária significa lidar com situações polissêmicas, incertas e dinâmicas, e também com variáveis quantificáveis. Significa levar em conta as contradições, a pluralidade de pontos de vista, a diversidade dos sujeitos, os elementos estruturais e conjunturais. Segundo, Lehfeld et al (2010),

O objetivo é criar uma atmosfera para que a comunidade acadêmica forme coletivamente uma consciência dos indicadores que estão contribuindo para a construção do presente e do futuro institucional e daqueles que não estão correspondendo ao pleno andamento das atividades.

Freire (2003), no seu livro Educação e Mudança, afirma que aproxima da essência do ato comprometido quando se chega à natureza do ser que é capaz de se comprometer. A capacidade de agir e refletir é a primeira condição para que uma pessoa possa assumir um ato comprometido. Quando a comunidade toma conhecimento dos indicadores que envolvem a avaliação e que estão realmente contribuindo para o presente e futuro da instituição, ela se torna comprometida com a instituição. Torna-se pertencente a ela.

Para poder exercer um ato de compromisso, tem como condição a capacidade de atuar e refletir. Essa capacidade, que possibilita a transformação da realidade conforme a finalidade proposta pelo homem torna-o um ser da práxis. A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. O compromisso não é um ato passivo, mas se caracteriza como práxis. Por isso o compromisso implica um conhecimento da realidade (FREIRE, 2003).

A ação precisa incidir sobre a totalidade para assim transformar a realidade. A partir da transformação da totalidade, transformam-se as partes (FREIRE, 2003).

Desta forma, a avaliação aproxima seus diversos públicos, dentre eles: docentes, discentes, profissionais da área administrativa e de apoio, bem como a comunidade do seu entorno, ganhando assim um caráter integrador e agregador. Estes participantes podem observar, perceber, identificar e sugerir outros caminhos diferentes dos estabelecidos, caso haja esta necessidade. A gestão empreendida na instituição poderá utilizar esses movimentos em prol do desenvolvimento institucional, apresentando de forma transparente e assertiva os resultados alcançados e as dificuldades e impossibilidades de ações (UFSCa, 2015).

A avaliação institucional se divide em avaliação interna e externa. Sendo abordada nesse artigo, a avaliação interna (autoavaliação).

5 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Com a publicação da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) passou a ser responsável pela condução das avaliações internas, além da sistematização e prestação de informes solicitados pelo INEP/MEC (BRASIL, 2004).

No caso de uma autoavaliação institucional, a magnitude da tarefa é muito complexa, porém não inexecutável. A autoavaliação de uma instituição de ensino superior, que abrange cursos de graduação, tecnológicos e programas de pós-graduação, não se reduz à simples atribuição de notas ou conceitos aos diferentes cursos, infraestrutura e atividades de extensão, e muito menos à definição de um diagnóstico revelado por um número (DIAS SOBRINHO, 1998).

A autoavaliação institucional faz parte da história da Universidade Federal de Santa Catarina no que diz respeito à busca pela melhoria contínua em todos os processos relacionados ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão (UFSCa, 2015).

Garantir que processos de autoavaliação sejam consistentes, contínuos e com adequado grau de maturidade, requer que as instituições atuem de forma transparente, legítima e participativa na consecução dos seus objetivos traçados em Planos de Desenvolvimento Institucional (UFSCa, 2015). Portanto, cabe a cada Instituição de Ensino Superior criar, de acordo com a legislação, a Comissão Própria de Avaliação – CPA para realizar o processo de avaliação institucional (SINAES, 2004).

Neste sentido, o SINAES (BRASIL, 2004) apresenta o que deve ser avaliado, mas não o como deve ser realizado, deixando às instituições de ensino superior a decisão de qual formato ou maneira de se autoavaliar. Isso pode levar algumas instituições a promoverem autoavaliações superficiais, descontinuadas e que não retratam seu estado de arte. A avaliação das universidades vem sendo defendida como elemento necessário para elevar a qualificação institucional, promovendo a melhoria de ensino, de pesquisa, de extensão e de sua gestão.

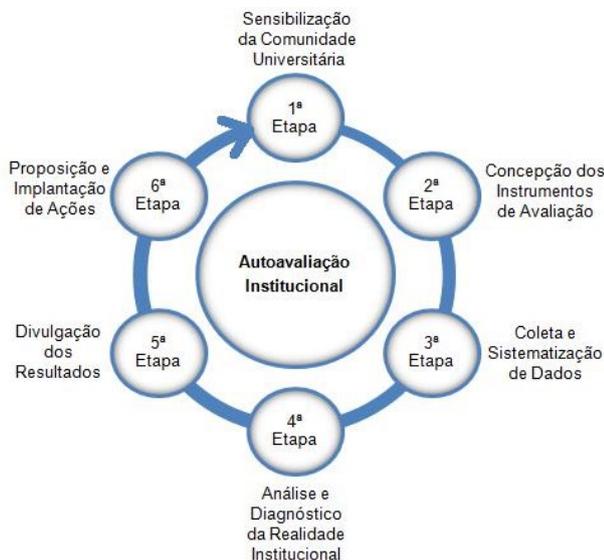
Em consonância com a exigência legal estabelecida pela Lei do SINAES (BRASIL, 2004), a UFSC criou em 2005 a Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída com atuação autônoma em relação aos órgãos colegiados da Instituição, e vinculada diretamente à Reitoria, mas sem caráter de subordinação a ela. A CPA desde então é responsável pela sistematização da autoavaliação institucional. A Comissão está vinculada ao Gabinete da Reitoria como órgão assessor e autônomo, e sua composição abrange dois representantes docentes, dois representantes dos Servidores Técnicos Administrativos (STAEs) (*campus* sede), um representante discente da graduação e um da pós-graduação, um representante da sociedade civil organizada, um representante dos egressos e um representante de cada Centro de Ensino localizado fora de Florianópolis (UFSCa, 2015).

A criação da CPA tem como dever se preocupar com a garantia da qualidade do ensino superior, não devendo se pautar apenas em razão de uma exigência legal. A CPA assume as autoavaliações como uma estratégia que fornece desse modo, os elementos que devem orientar as decisões administrativas e acadêmicas permitindo dessa forma o autoconhecimento institucional (UFSCa, 2015).

A CPA elaborou o Plano de Autoavaliação Institucional 2014/2015 da UFSC em que foram definidas as seguintes etapas para a realização das avaliações: sensibilização da comunidade universitária, concepção dos instrumentos de avaliação, coleta e sistematização de dados, análise e diagnóstico da realidade institucional, divulgação dos resultados, além da

proposição e implantação de ações. Essas etapas formavam o ciclo de um processo de avaliação, representado pela Figura 1 (UFSCa, 2015).

Figura 2: Etapas da autoavaliação institucional



Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2015

Cada etapa, com o apoio técnico de setores da Universidade, foi organizada e colocada em prática pela CPA (UFSCa, 2015).

De acordo com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2015, a 6ª etapa encontra-se em fase de elaboração e desenvolvimento. Em 2015 ocorreram dois ciclos, o primeiro abordou dois eixos do SINAES “Políticas Acadêmicas” e “Infraestrutura Física”. O ciclo seguinte envolveu os três eixos remanescentes “Planejamento e Avaliação Institucional”, “Desenvolvimento Institucional” e “Políticas de Gestão” (UFSCa, 2015).

A autoavaliação institucional é realizada por meio de questionários aplicados aos estudantes da graduação e da pós-graduação, aos professores (inclusive substitutos), aos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs), e aos gestores (UFSCa, 2015).

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFSC avaliou, em 2015, as dez dimensões do SINAES, que foram organizadas de acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 065, que traz as dimensões estruturadas em cinco eixos. A consulta pública ocorreu por meio de questionários aplicados à comunidade universitária em dois ciclos distintos, 2015.1 e 2015.2. A seguir apresenta-se a evolução do percentual de respondentes da comunidade universitária no período de 2014.2 a 2015.2 (UFSCa, 2015).

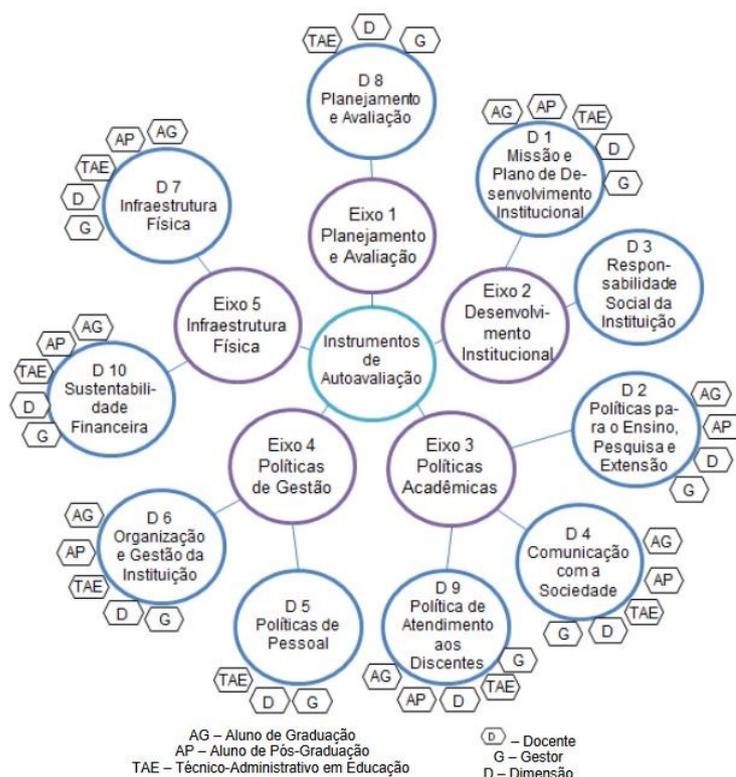
Quadro 01: Percentagem de participantes nos processos de avaliação da UFSC

Segmento	2014.2	2015.1	2015.2
Graduandos	11,2%	20,6%	22,1%
Pós-Graduandos	19,2%	25,4%	20,6%
Docentes	26,9%	33,3%	33,4%
TAEs	12,2%	15,6%	20%
Gestores	12%	20,7%	23%
TOTAL UFSC	13,8%	21,9%	22,4%

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2015

Embora haja uma evolução do índice de participação da comunidade universitária no processo de autoavaliação institucional, constata-se que esse número fica aquém do ideal, e salienta-se que a materialização das avaliações ocorre somente com a participação das pessoas nos processos avaliativos. É preciso, desta forma, que haja um maior envolvimento da comunidade universitária para “pensar e construir ações responsáveis por melhorar cada vez mais a Universidade e seus diferentes âmbitos de atuação” (UFSCa, 2015).

Figura 3: Aplicação dos instrumentos de consulta



Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2015

De acordo com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2015 (2016), cada eixo foi “objeto de avaliação de todos os segmentos da comunidade universitária ou de apenas alguns”. Ou seja, o instrumento de consulta foi aplicado ao público a que se destinam as respectivas questões.

Conforme observado na figura 3, a dimensão 3, que trata da responsabilidade social da instituição, é a única dimensão que não possui aplicação de instrumento de consulta. Informação esta que foi confirmada pela servidora da CPA.

Contudo, na busca por uma sociedade mais justa, democrática e ambientalmente consciente, as políticas de responsabilidade social da Universidade devem considerar os objetivos difundidos no PDI e os subtemas nele retratados: a inclusão social; o meio ambiente; o desenvolvimento econômico e social; a preservação da memória e do patrimônio cultural (UFSC, 2015).

Diante desse contexto, os processos avaliativos internos representam uma forma de repensar o ensino de maneira continuada e todas as demais práticas realizadas pela UFSC. Trata-se de um exercício legítimo da cidadania acadêmica (UFSCa, 2015).

A CPA registra, repercute e pode ser agente da transformação da realidade institucional, e nesse sentido, necessita direcionar o processo avaliativo para fazer frente às questões legais e conjunturais que poderão dar novo norte à instituição (UFSCa, 2015).

Frequentemente uma universidade precisa ampliar metas, conquistar novos espaços, estabelecer novas parcerias, redimensionar suas atividades e funções. Para isso, necessita dispor de indicadores fidedignos que compreendam a realidade institucional, suas potencialidades e fragilidades e respalde a criação de planos inovadores, atingíveis; a tomada de decisões arrojadas mais conscientes e responsáveis (UFSCa, 2015).

Dessa forma, atendendo à proposta do SINAES a CPA preconiza a avaliação como um processo de melhoria da qualidade da educação superior e de aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições, servindo como um espaço de construção de formas de gestão das universidades para a obtenção da efetividade organizacional justamente por considerar as expectativas e percepções dos interessados (UFSCa, 2015).

Chauí (2003) afirma que a Universidade passa por um momento de insegurança muito mais do que incerteza. Segundo a autora, a insegurança não gera conhecimento e ação renovadora e, sim, medo e paralisia, submissão ao instituído, recusa da crítica, conservadorismo e autoritarismo.

Em relação às possibilidades da autoavaliação institucional, deve-se refletir ainda sobre a afirmativa de Santos:

[...] é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade. É assim que as iniciativas serão articuladas e obstáculos serão superados, permitindo contrariar a força das estruturas dominantes, sejam elas presentes ou herdadas (SANTOS, 2004, p.161).

As universidades podem conhecer seus pontos frágeis e fortes, bem como, sistematizar análises e estratégias de gestão acadêmica e administrativa através de um processo avaliativo que observe, acompanhe e interprete o desenvolvimento institucional. Em resumo, podem tomar consciência da distância entre as possibilidades e o reino da vontade. O importante é que a avaliação seja vista como tarefa que compete a todos os que participam do cenário acadêmico e, assim, podem construir um futuro democrático, ético e comprometido com a igualdade social (SANTOS, 2004).

Registrar tudo o que acontece no cotidiano não é possível, mas ampliar e aguçar a atenção para melhor percebê-lo será um empenho contínuo. Assim como, a desconfiança da obviedade aparente.

Um trabalho permanente de análises de registros, de ida e vinda entre os dados do campo e o esforço compreensivo, sustenta o avanço progressivo na superação dos sentidos “evidentes” das situações. Quando o “não-significativo” se transforma em indício, em pista possível daquilo que buscamos (...) Em algumas ocasiões, estas pistas se diluem logo que se começa a segui-las. Frequentemente, porém, cada uma delas abre encadeamentos que nos conduzem à trama [que queremos entender] (EZPELETA e ROCKWELL, 1989, p.17).

A dimensão formativa deste processo requer que a comunidade participe de todas as etapas de avaliação e não só da validação do relatório que seguirá ao poder competente. As informações não pertencem aos setores e aos cargos de prestígio da universidade, mas a toda comunidade acadêmica. A participação não será real se os indivíduos não tiverem acesso às

informações e se não puderem efetivamente manifestar suas críticas, reflexões e propostas. A autonomia é indispensável à avaliação institucional e é, ao mesmo tempo, um caminho de mão-dupla para fortalecer tanto a autonomia do sujeito, quanto à da instituição (UFSCa, 2015).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a importância que a autoavaliação adquiriu nos últimos anos, este artigo discutiu alguns importantes conceitos que estão relacionados ao tema, como a questão do planejamento institucional, apresentando assim uma ênfase à dimensão III, que trata da Responsabilidade Social das IES.

O Relatório de Autoavaliação Institucional de 2015 da Universidade Federal de Santa Catarina contemplou as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atualmente organizadas em cinco eixos, conforme o que dispõe a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, Políticas Acadêmicas; Infraestrutura Física; Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional e Políticas de Gestão.

No entanto, não houve consulta avaliativa junto à comunidade acadêmica no que tange a dimensão da Responsabilidade Social da Instituição. As ações propostas pela Universidade Federal de Santa Catarina limitam-se ao exposto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.

A autoavaliação de 2015 cumpriu as etapas previstas no Plano de Autoavaliação, de modo que a última fase, Proposição e Implantação de Ações, ainda se encontra em desenvolvimento.

Ressalta-se a importância de uma maior sensibilização para a participação da autoavaliação institucional, haja vista que somente 22,4% da comunidade universitária participaram do processo avaliativo.

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Além de ser um processo cíclico, criativo e renovador de análise e interpretação e síntese das dimensões, a avaliação interna, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, intensifica pontos fracos e fortes e estabelece estratégias de superação de problemas.

No entanto, ainda há limitações impostas pelo sistema utilizado nas avaliações e na disponibilização das informações, principalmente quanto à falta de agilidade para acessá-las, o que está sendo aprimorado aos poucos. Em 2015, como o objetivo de assessorar as atividades desempenhadas pela Comissão, foram criados os Núcleos de Apoio às Avaliações (NAAs) em cada *campus*, as quais consistem em conduzir os processos de avaliação interna: a autoavaliação institucional e a avaliação de curso.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BELLONI, Isaura. **A função social da avaliação institucional**. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES**. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em 14 de Setembro de 2016.

BRASIL. **Nota técnica sobre Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Nota técnica INEP/DAES/CONAES N 65**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n65_roteiro_relatorio_de_autoavaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-legislacao>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

CALDERÓN, A.I.; PESSANHA, J.; SOARES, V.L. **Educação superior: construindo a extensão nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
CONAES. **Orientações gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições**. Brasília, 2004.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. 2ªed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12º Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREITAS, Antônio da Silva Monteiro de. **Um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Avaliação da Educação Superior, Salvador, p.1-278, 2010.

GALDINO, Mary Neuza Dias et al. **Gestão do processo de avaliação institucional e de cursos de graduação da Unigranrio**. Unigranrio. Disponível em: <www.unigranrio.br/>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

INEP 2004. **Roteiro de avaliação Institucional**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2016.

LEHFELD^I, Neide Aparecida de Souza; GABARRA^{II}, Manoel Henrique Cintra; COSTA^{III}, Caetano da; SOUSA^{IV}, Yara Teresinha Correa Silva **Reflexões sobre o processo de**

autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. Avaliação (Campinas) vol.15 no.1 Sorocaba 2010.

RODRIGUES, D. (2003) “**Educação Inclusiva: as boas e as más notícias**”, in: David Rodrigues (Org.) “Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade”, Porto Editora, Porto.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SEGENREICH, E. C. **O PDI como referente para a avaliação das Instituições de Ensino Superior: lições de uma experiência.** Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação: revista da Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, v.13, n. 47, p. 149-168, abr./jun. 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2010.

UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019.** Disponível em: <<http://pdi.ufsc.br/pdi-2015-2019/>>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

UFSCa. **Relatório de Autoavaliação Institucional.** Maio 2016. Disponível em: <<http://cpa.ufsc.br/files/2016/05/Relat%C3%B3rio-institucional-2015.pdf>>. Acesso em 09 de setembro de 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.